

Uma Escola de Pensamento para Chamar de Nossa: Algumas Contribuições de Pedro Bodê para as Ciências Sociais, o Direito e a Psicologia

A School of thought to Call Our Own: Some Contributions of Pedro Bodê to Social Sciences, Law and Psychology

Mariana Corrêa de Azevedo , Joyce Kelly Pescarolo  e Marina Zminko Kurchaidt 

O luto é diferente da lamentação. É uma aceitação da perda dos entes queridos e de tudo aquilo que nunca mais nos será restituído. É preciso aceitarmos que haja o irreparável nas nossas posses, o irreconciliável nos nossos conflitos, o indecifrável nos nossos destinos. Um luto conseguido é a condição de uma memória pacificada, e nessa medida, feliz.

– Paul Ricoeur, *O bom uso das feridas da memória*, 2002

Sobre Elaborar o Luto e Reverberar as Palavras

Com um misto de alegria e de espanto, diante da imensa responsabilidade moral da tarefa, assumi o convite de conduzir uma entrevista coletiva – por intermédio da amiga e professora Dra. Joyce K. Pescarolo, editora da Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde mental –, visando restituir ou inventariar as contribuições do professor Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes (Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1960 – Curitiba, 27 de novembro de 2021), meses após seu falecimento, que nos enluta cotidianamente, até a conquista da memória pacificada, após anos de uma convivência contagiante e inspiradora.

Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, mais comumente, ou simplesmente Bodê na universidade, ou ainda Pedro para as acolhidas e acolhidos, foi uma figura ímpar no universo acadêmico local e no seu entorno. Além de mentor intelectual desde a disciplina de Sociologia I na graduação em Ciências Sociais, no então Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, Pedro foi o mestre eterno no meu primeiro ingresso no universo desta dolorosa e reveladora aventura sociológica, nos anos de 2003, em Curitiba. E certamente assim será lembrado por incontáveis estudantes, interlocutoras e interlocutores.

O propósito desta entrevista, desenrolada em encontros, conversas e produções textuais altamente afetivas, é trazer o olhar de diversos(as) convivas – pensadoras e pensadores das Ciências Sociais – sobre a herança intelectual e humanista deixada pelo saudoso professor Pedro. É também bela a oportunidade de prestarmos uma homenagem póstuma singela a este eterno intelectual e amigo, fundador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (CESPDH-UFPR).

Com a parceria de Joyce K. Pescarolo e Marina Z. Kurchaidt, a entrevista foi produzida de modo a trazer, a partir de cada entrevistado(a), narrativas dos principais momentos e temáticas de debate vivenciados na presença ausente de um ser humano memorável, quem conduziu uma escola de pensamento para chamar de nossa.

Submetido em: 11/04/2022. Primeira decisão editorial: 02/05/2022. Aceito em: 06/06/2022.

Entrevistadora: Aknaton, fale um pouco sobre a trajetória sociointelectual do professor Pedro e seus estudos no Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Museu Nacional (UFRJ) e IUPERJ.

Aknaton Toczek Souza: O professor Pedro sempre falava do Rio de Janeiro; nem sempre saudoso. Mas tinha impressão de que ele localizava nessas memórias afetividades, emoções e experimentações que lhe conduziam ao presente momento em que contava algumas de suas histórias. Nessas histórias, seus ouvintes caminhavam e cresciam juntos em São João de Meriti, “Pedrinho” como era chamado há época. A vivência na Baixada Fluminense, marcada pelas amizades, transmitia um ar meio pacato à hoje conturbada metrópole. Foi lá que começou a participar ativamente dos movimentos estudantis e dos grupos católicos contra a ditadura militar, em especial os movimentos da teologia da libertação.

Logo suas memórias recaiam sobre a sua experiência universitária. As histórias engraçadas e curiosas que por vezes venturou eram destacadas pelo afeto e carinho que nutria pelos seus professores. Simone Guedes, Roberto Kant de Lima na Universidade Federal Fluminense, referências comuns sobre sua influência antropológica; motivo que lhe leva ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para realização do seu mestrado, em que pesquisa a obra do Monteiro Lobato e sua relação com a criação das editoras nacionais. Nutria muita admiração por seu orientador Prof. Dr. Afrânio Raul Garcia Jr. Seu doutorado foi no antigo IUPERJ, com aquele que, com a professora Simone Guedes, era sua principal referência, Luiz Antônio Machado da Silva. O professor Pedro nos deu a oportunidade de conhecê-lo e, sobretudo, desfrutar da interação de ambos, professor Machado e seu aluno, amigo, Pedro.

O professor Pedro era um ávido leitor, dominava as teorias sociológicas como poucos, contudo, não era um teórico. Pelo contrário, detestava teóricos. E nas suas histórias que foi possível perceber como o mais rico de sua formação foram as experiências vividas, nas primeiras pesquisas ainda na graduação, sua empatia e carisma que lhe permitiu circular pelas principais instituições de ensino superior do Rio de Janeiro. Voltou ao Rio de Janeiro para estágio de

pós-doutorado com o professor Machado; voltou para suas velhas esquinas de São João de Meriti. Sofreu. Relatava as transformações, os efeitos reais daquilo que ensina aos seus alunos, do controle social perverso, o medo, a insegurança, a violência. Ainda era chamado de “Pedrinho” pelos velhos conhecidos, na época apenas alguns poucos. Encerrou sua formação com o pós-doutorado no IESP/UERJ. O professor Pedro saiu do Rio de Janeiro e radicou-se em Curitiba, mas trouxe consigo essa forte conexão que durou sua vida inteira. Sofreu por derradeiro o falecimento de seu velho mestre Machado e de sua querida professora Simone Guedes. Mas ainda, já próximo do fim, falava comigo sobre fazer um pós-doutorado com seu professor Roberto Kant de Lima, voltaria no fim ao começo.

Entrevistadora: Matheus, sabemos das inúmeras conversas que você e o professor Pedro tinham sobre humanismo cristão, ceticismos e militâncias. Como era isso?

Matheus Cedric Godinho: O professor Pedro, sempre ardente defensor das ciências e do rigor metodológico, mantinha privadamente uma característica que a muitos despertava surpresa e até certo constrangimento: uma devoção profunda a dimensões piedade popular católica, como, por exemplo, a oração do terço. Esse vínculo era como que uma âncora em suas raízes nas Comunidades Eclesiais de Base da Baixada Fluminense, no Centro de Formação de Líderes da Igreja da Diocese de Nova Iguaçu, no convívio com os franciscanos de São João de Meriti e nos ensinamentos de Dom Adriano Hypólito, bispo sequestrado e torturado pela ditadura militar, com quem Pedro conviveu e aprendeu o nexos necessário e indissociável entre fé, política e direitos humanos.

Sua verve religiosa, no entanto, não se manifestava em qualquer traço de proselitismo. Ao contrário, Pedro encontrou nela o sentido mais nobre da transcendência: a capacidade de abertura e diálogo com todos os seres humanos, indistintamente, a quem reconhecia, verdadeiramente e sem demagogia, como irmãos e irmãs.

Este princípio, tão próprio do verdadeiro humanismo cristão, manifestava-se também, e especialmente, em

seu fazer sociológico e pedagógico. Pedro aprendeu com as Pastorais Sociais que o conhecimento se dá a partir da comunidade e que as relações e afetos não são periféricos ao saber, mas se constituem determinantemente como sentido pleno de todo fazer educativo. Daí seu vínculo, sempre próximo, afetivo e terno com colegas e sobretudo alunos e orientandos.

Nos últimos anos de sua vida, manteve intensa troca com a Pastoral Universitária e frequentemente declarava que em meio aos movimentos eclesiais se sentia em casa, despido das burocracias acadêmicas, mas nunca negligente frente à sua responsabilidade enquanto pesquisador e docente, mesmo que, como é próprio do ofício do sociólogo, pudesse interpor aos espaços eclesiais análises incômodas e desafiadoras das estruturas vigentes. Viveu, por isso, ao longo de toda vida, aquilo que no jargão próprio da Teologia da Libertação se classificaria como “autêntica profecia”.

Entrevistadora: Valter, até pela sua história, você e o professor Pedro tiveram atuação junto à Pastoral Carcerária. Como era esse lado intelectual dele para além da academia?

Valter Cardoso da Silva: Longe de buscar aqui uma reprodução icônica que se ligasse a uma representação perene da identidade (Bourdieu, 1998) do nosso querido professor, quero trazer elementos que apontem para o fato de que, olhando em retrospectiva, é possível perceber que sua dimensão intelectual não estava dissociada de preocupações com os contornos sociopolíticos da realidade que pesquisava. Meu primeiro contato com o professor Pedro se deu muito antes de ingressar na vida acadêmica. No final dos anos de 1990, eu já era professor e militava na Pastoral Carcerária na arquidiocese de Curitiba. À época, motivada por questões como denúncias de superlotação e graves violações aos Direitos Humanos, assim como violentas rebeliões no complexo penitenciário, o principal jornal da cidade de Curitiba organizou nas dependências de seu auditório um evento com integrantes da sociedade civil sobre a questão penitenciária. Chamou a atenção sua coordenação conciliadora, mas não isenta, de alguém formado pelo discurso acadêmico, mas informado das disposições dos atores em campo – o que veio a

calhar, pois o embate entre os representantes de forças e agentes de segurança pública de um lado e militantes de segmentos de Defesa dos Direitos Humanos de outro, assim como hoje, adquiria contornos que por vezes ameaçam as fronteiras da civilidade. Como bom leitor de Simmel (2011), estava ciente de que o conflito é parte constitutiva das relações sociais. Neste sentido, buscou mostrar que, de forma geral, todos os presentes estavam imbuídos de certezas e verdades oriundas das instituições que ali representavam. Logo, o mais produtivo seria estabelecer o diálogo, a fim de que as relações entre as partes não alcançassem níveis de degenerescência anômica que pudesse vir a prejudicar a todos (Durkheim, 1973).

Esta referência anedótica nem de longe figura a importância da assessoria, que, mesmo de forma esporádica, pôde prestar à Pastoral Carcerária. Neste sentido, tratava de discutir que preocupações salvacionistas em relação à figura do encarcerado, muito comuns em instituições cristãs que trabalham nas prisões, poucas contribuições reais poderiam trazer a um trabalho com a pessoa encarcerada. A prisão não tinha a menor condição de ressocializar o preso, sendo por isso um mecanismo de controle social perverso – já que prometia algo que não era capaz de cumprir (Bodê de Moraes, 2005). Apontava, de forma humanista, muito mais importante era alcançar o ser humano esquecido no fundo da prisão. Longe do formato pedagógico, tais “aulas” fluíam muito mais como troca, pois o professor nutria o maior respeito pelas experiências práticas daqueles que atuavam no campo penitenciário – e isso vale tanto para a Pastoral Carcerária como pelas associações de agentes penitenciários com quem também estabeleceu proximidades e parcerias.

Anos mais tarde, quando do início do mestrado na UTFPR, pude entabular com ele uma conversa sobre pesquisa na prisão, sabedor de minha militância na Pastoral Carcerária, sem maiores rodeios voltou à questão: “Você acredita que a prisão pode ressocializar alguém?” Diante da negativa, apontou dois outros pontos sobre os quais precisaria ter clareza antes prosseguir com o trabalho: 1) A questão da diferença crucial entre a atividade militante e a atividade de pesquisa científica (Weber, 2015); 2) A

ideia de que um problema social, tal como a questão penitenciária, não se constitui automaticamente em problema científico – sendo que este último precisa ser construído de forma rigorosa (Champagne, 1996). Estas questões sempre foram muito claras e caras para Pedro Bodê – e todos que tiveram a oportunidade de trabalhar com ele podem reportar o quanto cobrava tal postura, tanto de seus orientandos como das bancas das quais participava.

Esse limite claro que impunha entre atividade científica e militância não impediu que defendesse abertamente a participação da Universidade no debate de importantes questões da sociedade. Aponto aqui situações em que estive diretamente envolvido. A primeira se refere às conferências de segurança pública no ano de 2009. Nesta ocasião, mobilizou seu grupo de pesquisa e orientandos para a discussão do tema tanto entre setores dos movimentos sociais como entre agentes de segurança pública, no decorrer dos meses que antecederam à Conferência – oportunidade ímpar para discutir questões globais sobre segurança pública, tais como a marginalização da pobreza, processos de gentrificação, tecnologias de segurança e Estado Penal (Wacquant, 2001), mas também questões bem mais pertinentes à realidade brasileira, tais como a criminalização dos movimentos sociais e politização das forças de segurança.

A segunda se refere à discussão e promoção da cultura da paz. Cabe dizer que sempre usou o espaço institucional da Universidade, bem como outros que lhes foram oferecidos pela imprensa e outras instituições, para combater os diversos tipos de manifestações da violência, seja nas formas explícitas de agressão física, seja nas configurações mais sutis da violência simbólica. Neste sentido, é importante destacar o apoio e atuação junto ao Projeto Não Violência, que, no município de Curitiba e Região Metropolitana, se propôs a trabalhar com as escolas no sentido de dar suporte a professores e alunos no desenvolvimento de uma Cultura da Paz.

Entrevistadora: Marina, você entrou na Sociologia tendo como *background* seus estudos no Direito. Gostaria que falasse um pouco sobre a visão de ciência do professor Pedro e também das dimensões

éticas e políticas do ofício das e dos cientistas sociais, algo que sabemos, você sempre destaca quando fala dele.

Marina Zminko Kurchaidt: Falar do Pedro, para mim, é uma tarefa bastante desafiadora. A tradução do meu afeto fica perdida no encontro com as palavras, desbotada.

Tentando registrar quem era o Pedro, não vejo como pensá-lo professor, acadêmico, intelectual, sem pensá-lo como um grande mestre, grande amigo, pessoa de um coração enorme. São indissociáveis. Ele colocava essa sua grande humanidade em seu ofício de sociólogo. Colocava sua preocupação ética com o pensamento crítico e com a consciência política em cada aula, cada orientação, cada conversa, em todo o seu ser.

Praticou e nos ensinou uma ciência comprometida com a realidade social, atravessada pela concretude, e não esvaziada pela racionalidade científica, que produz e reproduz a si mesma, mas construída de forma que o método e o rigor científicos conversem com o campo prático, busquem referências para fora de seu próprio sistema e entendam que o fato só é conquistado contra a ilusão do saber imediato. Seguiu os princípios bourdianos da importância das rupturas com o senso comum douto. Foi adepto e nos passou o valor da ciência vigilante, em que o pesquisador não precisa – nem deve – abrir mão de sua subjetividade, mas tem uma postura ativa em abandonar suas pré-noções e questiona, constrói, conquista e constitui uma objetividade da sua subjetividade (Bourdieu, & Chamboredon, 2015).

Pedro sempre colocou muito afeto em seu ofício e acolheu todas e todos que por seu caminho passaram, praticando uma ciência que só podia se entender como uma ciência relevante se as subjetividades do pesquisador e do objeto pesquisado tivessem um lugar central nesta construção. Lembro-me de quando se reportava às reflexões de Veena Das, que olha a violência a partir da perspectiva do subjetivo, atenta às experiências cotidianas, narrativas, emoções e percepções dos sujeitos e entende que violência e dor, violência e sofrimento são partes constitutivas da experiência humana.

Passar por estas rupturas não é um trabalho fácil e simples, requer um frequente esforço em questionar o que sabemos, o que pensamos saber, aquilo que já temos como certo e dado. No entanto, Pedro nos mostrou que essa é uma tarefa necessária para a atitude científica em relação à prática profissional do sociólogo.

Inspirado em Howard Becker (2014), Pedro também considerava que os cientistas, por vezes, desperdiçam demasiada energia em detalhes filosóficos que muitas vezes têm pouco ou nada a ver com o que os pesquisadores fazem, por isso, acreditou que se deve prestar menos atenção em enunciados teóricos e mais em como os investigadores trabalham tais posições na prática. Por isso, sempre nos alertou que a ciência jamais deve fazer prescrições, pois está ligada a proposições, não devendo se preocupar em dizer como as coisas devem ser, mas em compreender como elas são.

Conheci Pedro em um momento profissional e acadêmico confuso para mim, em que estava circulando por dois mundos e com dificuldades de transição de um campo de pensamento para o outro. Carregarei sempre comigo um dos seus maiores ensinamentos (dos incontáveis que tenho o prazer e a honra de carregar), de que a interdisciplinaridade, assim como uma ciência ética, não são realidades dadas, senão construídas.

Paulo Freire disse certa vez que era um intelectual que não tinha medo de ser amoroso. É assim que gosto de pensar no Pedro, como um intelectual amoroso.

Entrevistadora: Edna, como o professor Pedro te ajudou a pensar a questão dos afetos no campo de pesquisa e a relação com a empiria?

Edna Bravo Luis: Ainda me resulta difícil organizar os pensamentos e fazer transmissível só em palavras a imensa falta que o professor Pedro Bodê me faz. Nosso Pedro. Como orientandas(os), todos nós perdemos um pouco dele, e com ele se foi uma parte de nós.

O conheci em março de 2016 e com ele a que seria minha família acadêmica durante os estudos de Pós-graduação na UFPR. Lembro aquele primeiro encontro e as suas palavras de acolhida: “[...] ela é a nossa nova colega mexicana. Vamos recebê-la

com carinho e vamos cuidar dela porque está muito longe de casa”, que rapidamente se converteram em perguntas curiosas sobre molhos de pimenta, ou sobre a Virgem de Zapopan e de Guadalupe ou notícias compartilhadas sobre as violências no México significaram muito para quem chega de fora, ainda sem o domínio da língua portuguesa, mas com uma mala lotada de ânimo de aprender tudo de quem caminha pelos estudos da segurança pública, aquelas mostras de carinho carioca ofuscava em tudo a frieza da cidade e rapidamente compreendi que tinha um porto seguro dentro e fora do espaço universitário para expor meus erros, as dúvidas, meus medos sem sentir vergonha de falar para meu orientador “não sei”. Para mim, foi essa a essência do pensamento bodesiano (como alegremente era nomeado pelos colegas durante as reuniões de seminário e sempre lhe provocava uma risada), a de criar com ele uma comunicação que foi além da troca intelectual unidirecional, pois, mais que um orientador, Pedro foi um grande amigo. Pessoa e lugar. Lugar de escuta com respeito, carinho, inclusive de cuidado e resguardo onde ele sempre tinha um conselho para aclarar nossas incertezas, nossos temores e tristezas, para nos lembrar de ser cautelosos e astutos no trabalho de campo, e nos animar naqueles momentos que pareciam de fracasso etnográfico.

Dele aprendi a responsabilidade e o compromisso para guiar. Assumirmos como investigadores que nos importamos uns com os outros, com quem estamos aprendendo do vivido no campo e na vida diária, pois como cientistas sociais não estamos fora do mundo social, pois no momento da crua escrita acadêmica os problemas pessoais são também problemas da própria organização social (Becker, 2015). Pedro sempre tinha um “Cuide-se”, “Como você está?, tua família está bem?”, “Eu sempre me preocupei muito com você”, pois ele sempre soube dos meus passos durante o acompanhamento às buscas de pessoas desaparecidas, ambos cientes da complexidade de pesquisar num contexto com presença da delinquência organizada no interior da República Mexicana, e para quem trabalha com os estragos das violações aos direitos humanos sabe que não existe investigação afastada da dor, nem

incapaz de perturbar nossos próprios pensamentos (Didi-Huberman, 2017). Paradoxalmente, por muito que ele cuidasse de nós, nem sempre ele nos deixava cuidar dele. Esse é o legado que me deixa nosso Pedro para continuar com minhas futuras alunas(os): o de replicar o cuidado e a reciprocidade no âmbito acadêmico que não somente é possível como necessário diante dos impactos das violências contemporâneas onde nosso lugar de análise sociológico cada vez reclama o reconhecimento das nossas próprias subjetividades no processo de criação de conhecimento científico, indo além do único que só é empiricamente observável para dar conta como a experiência de investigação nos afeta, nos atravessa (Favret-Saada, 2005).

Que imenso lugar de amor fue tu corazón que hasta el tiempo te quiso para él, eterno Pedro.

Entrevistadora: Giovane, como o professor Pedro contribuiu para a temática da imaginação sociológica e a sociologia do desvio?

Giovane Matheus Camargo: Um dos exercícios que o Professor Pedro Bodê considerava como essencial em nosso ofício era o de exercitar a “imaginação sociológica”, conceito retirado dos textos do sociólogo norte-americano Charles Wright Mills, consistente no esforço de compreender as conexões existentes entre as estruturas e relações sociais e a nossa vida individual, cruzando história social e biografia.

Neste sentido, a sociologia constitui uma ferramenta que implica em um trabalho de constante autocritica sobre como pensamos e interagimos no dia a dia, como compreendemos e tratamos a si mesmos e as pessoas ao nosso redor.

Aliás, a curiosidade sociológica do Pedro em relação à violência, tema que pesquisou por décadas, veio da sua própria experiência de vida: ainda muito cedo, quando criança, presenciou muitos cadáveres pelas ruas da Baixada Fluminense, lugar em que morava e existia um dos grupos de extermínio mais antigos do Rio de Janeiro.

Consciente da necessidade de se teorizar sociologicamente sobre a dimensão empírica da vida cotidiana, Pedro valorizava a trajetória pessoal de cada um dos seus alunos e orientandos de tal forma

que as “reuniões de orientação” se tratava menos de encontros formais e burocráticos e muito mais de vivências compartilhadas, onde teorizávamos sobre as circunstâncias práticas da vida numa relação de eterno aprendizado.

Falar sobre as drogas ilícitas no Brasil ainda continua sendo uma das mais difíceis tarefas, já que se trata de um tema publicamente “entregue ao demônio, ao repúdio e ao escárnio”. Como cientista, o professor Pedro Bodê denunciava como a guerra às drogas, dentre diversos outros problemas vinculados a ela, impedia a própria produção de um conhecimento complexo e científico sobre essas substâncias, já que, uma vez criminalizadas, a comunidade científica, sobretudo aquela que faz parte das ciências sociais, acaba tendo dificultado não apenas o debate público, mas o acesso ao campo de pesquisa, já que, como se diz na linguagem popular brasileira, “se droga fosse bom, não se chamaria droga”.

Entrevistadora: Pablo, você trocou bastante com o professor Pedro, ele admirava muito você. Como você vê a relação do Pedro com a docência, pesquisa e interlocuções com outros pesquisadores para além da UFPR?

Pablo Ornelas Rosa: Lembranças afetuosas do saudoso mestre Pedro Rodolfo Bodê de Moraes. Tecer algumas singelas palavras sobre um amigo tão querido, tão carinhoso e um pesquisador tão potente e importante para as ciências sociais brasileiras como o saudoso Pedro Rodolfo Bodê de Moraes é um enorme desafio. Ainda mais em se tratando de uma pessoa com quem muito aprendi não apenas sobre esta área do conhecimento, mas também em como atuar como pesquisador, orientador, coordenador de grupo de pesquisa, de programa de pós-graduação, ou seja, aprendizados sobre assuntos que na maior parte das vezes não temos contato na graduação, tampouco no mestrado e no doutorado. Assim, apesar de jamais ter sido seu orientando formalmente, posso dizer que Pedro Bodê foi o principal orientador que tive em minha trajetória acadêmica, principalmente nos últimos anos da minha vida.

O primeiro contato que tive com este grande mestre das ciências sociais brasileiras ocorreu através de seu orientando e querido amigo Aknaton Toczec Souza.

Contudo, antes de conhecê-lo pessoalmente, já havia entrado em contato com algumas de suas obras através de alguns de seus livros que circulavam no início dos anos 2000 em diversas livrarias e sebos de Curitiba, Paraná, a exemplo da pesquisa sobre jovens em Curitiba¹, bem como a sua pioneira investigação acerca dos agentes penitenciários².

Desde o primeiro encontro que tivemos mediado por Aknaton, já senti uma enorme proximidade em relação ao Pedro Bodê e um acolhimento que jamais tive em toda a minha trajetória acadêmica até aquele momento. Como ele sempre estava disponível para ajudar a resolver quaisquer problemas e desafios que lhes eram demandados, acabamos intensificando o nosso contato, o que resultou em uma parceria de pesquisa que durou até o final de sua vida. Através dele, tive contato com outros pesquisadores e pesquisadoras orientadas por ele, o que culminou com a produção de pesquisas, artigos, organização de livro, eventos dos mais diversos, dentre outros espaços de troca que o Pedro sempre vez muita questão de fomentar e que foi potencializada com as coautorias realizadas com membros do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos – CESPDH, que ele coordenou até o final de sua vida.

A produção acadêmica de Pedro Bodê não se limitou a questões que envolvem o campo da segurança pública e direitos humanos, indo muito além de assuntos como este, na medida em que também versou sobre juventudes, cultura do medo, gênero, direito, militarização, cultura da violência, literatura, psicologia, saúde mental, dentre muitos outros assuntos. Contudo, a nossa aproximação se deu através de seu interesse sobre as políticas de controle sobre as drogas e sua relação com o sistema de justiça criminal, em que passei a contribuir com as suas análises através de trocas decorrentes de convites que me foram feitos por ele para participar de bancas de graduação, mestrado e doutorado de alguns de seus orientandos.

¹ Sallas, A. L. F., et al. (1999). *Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos*. UNESCO.

² Bodê de Moraes, P. R. (2005). *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. IBCCrim.

Os aprendizados que me foram transmitidos por Pedro Bodê através de suas reflexões extremamente apuradas e sensíveis ficarão marcadas em minha memória. Aliás, a sociologia que aprendi a fazer com ele, através de sua referência bourdiesiana, faz com que eu me sinta de fato tributário do que poderíamos chamar de Escola Bodesiana. Daí a importância de seguirmos o seu importante legado, já que o reconhecimento de sua obra não se restringe ao contexto brasileiro, mas também ao cenário internacional das ciências sociais, tendo em vista a potencialidade de suas pesquisas e análises, bem como sua interlocução com diferentes pesquisadores e pesquisadores dos mais distintos lugares do planeta.

Entrevistadora: Bruno, você estudou um longo tempo com o professor Pedro sobre polícia e violência. Pode falar um pouco sobre engajamento sociológico, a dimensão dos direitos e as suas violações, pensando principalmente a partir da mobilização das categorias de base das forças policiais e as forças repressivas?

Bruno Zavataro: Eu conheci o professor Pedro Bodê no ano de 2003, quando eu já era policial civil no Estado do Paraná. Eu acabava de concluir o curso de Direito e iniciava uma graduação em Ciências Sociais, assim como uma especialização em Sociologia Política, todos na UFPR. Antes de falar dos estudos de polícia e da mobilização das categorias de base, penso que é importante destacar o papel, o lugar e a importância que o professor Pedro significou na minha formação acadêmica, e na transformação do meu olhar de jurista para um olhar de sociólogo, tendo sido meu professor nas disciplinas da especialização e da graduação em Ciências Sociais. Graças a ele, seu profundo conhecimento e didatismo é que fui introduzido aos autores clássicos da sociologia, como também autores contemporâneos. Impossível não destacar a importância que tiveram os cursos sobre sociologia da violência e controle social que eram ministrados pelo professor Pedro e que representaram uma verdadeira guinada na minha forma de ver o mundo e de encarar os problemas da segurança pública, com mudanças na minha própria prática policial.

Os aspectos sociais da violência brasileira, inclusive policial, do controle social formal e informal e daquilo que o professor Pedro chamava de “controle social perverso”, enquadrando fortemente as polícias brasileiras, começavam então a fazer parte das minhas discussões diárias em sala de aula e fora da sala de aula, na cantina da Reitoria ou nos cafés da proximidade onde o professor Pedro gostava de reunir os alunos. É neste contexto bem preciso que as nossas relações se estreitaram nos anos 2000, sendo criado nesta época, no interior do Grupo de Estudos da Violência, coordenado pelo professor Pedro, o Laboratório de Estudos de Polícia (Lepol), formado unicamente por policiais oriundos das categorias de base das polícias: investigadores da polícia civil, praças da polícia militar, agentes rodoviários federais, guardas municipais etc.

Sendo, portanto, um espaço sem hierarquias policiais, o Laboratório de Estudos de Polícias, os encontros e as discussões que ele propiciava, constitui-se como um espaço fundamental para o questionamento e a problematização dos aspectos da criminalização no Brasil, da sociabilidade violenta e da criminalização da marginalidade, do medo e do controle social, que apontavam, cada vez mais, para os processos de criminalização violenta e de militarização e hipermilitarização das polícias e da segurança pública no Brasil. Graças às pesquisas e às discussões então travadas no interior do Grupo de Estudos da Violência e do Laboratório de Estudos de Polícia, que posteriormente vai se transformar no Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH), que um importante campo de pesquisas empíricas e críticas na segurança pública vai se formar no Paraná, sob coordenação do professor Pedro, e que vai impulsionar pesquisas sobre o policiamento comunitário, conselhos comunitários, reformas gerencialistas nas polícias, guardas municipais, militarização das polícias, dentre outras.

Como policial, a influência do professor Pedro foi significativa na minha vida ao favorecer a problematização crítica do controle social e do papel do Direito Penal, ou seja, o seu poder de definição, de seleção e de estigmatização de indivíduos e de grupos sociais e raciais através das lógicas e dos processos de “policialização da sociedade”,

conceito que empregava o professor Pedro para dar conta dessas formas de repressão e de controle social no Brasil. Sem dúvida alguma, a atuação do professor Pedro inaugurou um novo olhar sobre os problemas das polícias e da segurança pública, contribuindo com pesquisas focadas na realidade empírica local a partir das metodologias qualitativas e etnográficas que ele dominava muito bem. O foco na problematização crítica das categorias e das formas de pensamento naturalizadas, bem como nos métodos e nas técnicas de coleta e de análise de dados, foram talvez as grandes características marcantes do professor Pedro Bodê que me servem de inspiração até os dias de hoje.

Eu costumo dizer que, graças ao professor Pedro, às discussões travadas no grupo e às pesquisas que conduziávamos criticamente, eu não me tornei um “zé puliça”, como se dizia por aí, mas acabei forjando uma identidade que mesclou o mundo da polícia com o mundo da academia e que servia de antídoto para uma socialização policial completa. Seria praticamente impossível destacar aqui todas as suas contribuições no desenvolvimento do campo das pesquisas em segurança pública e sistema de justiça criminal, o que valeria um artigo por si só, mas vale destacar que, no contexto em que os problemas da violência e da segurança pública eram discutidos metafisicamente, por discursos de medo e por políticas de urgência, o professor Pedro Bodê contribuiu decisivamente para dar uma nova orientação científica, sociológica e empírica a esses problemas, com a seriedade que lhe foi peculiar. Como orientador da minha tese de doutorado que realizo neste momento na UFPR, tocando particularmente as questões da criminalização da imigração, o falecimento do professor Pedro significa para a minha pesquisa uma tristeza inenarrável e uma perda sem tamanho. Resta, ao final, aquela saudade e vontade de dar um último abraço no professor Pedro Bodê. E dizer-lhe: muito obrigado por tudo e até logo.

Entrevistadora: Henri, você coordenou muitas vezes trabalhos com o professor Pedro. Fale sobre as coordenações de trabalhos nas conferências de Segurança Pública.

Henri Francis Ternes de Oliveira: Nas linhas abaixo estão algumas passagens sobre minha experiência com o Professor Pedro, ou simplesmente Pedro. Não são nada mais do que algumas impressões pessoais, mas que podem revelar o quanto era e ainda é gigante o Super Pedro.

Meu primeiro encontro com o Pedro foi no curso de Ciências Sociais da UFPR, em 2004, onde ele ministrava a disciplina de Sociologia I – basicamente uma disciplina sobre Durkheim – aos calouros do curso. O currículo era dividido assim naquela época: dos “três porquinhos” Durkheim era o primeiro, seguido de Weber e Marx, fechando os três primeiros semestres do curso com os clássicos da sociologia adotados como referências básicas das Ciências Sociais. Curiosamente, tenho dificuldades em lembrar os primeiros autores estudados na Ciência Política e na Antropologia, talvez possa citar um ou dois, de modo que isso já me parece uma das influências que Pedro teve sobre minha formação. Super Pedro marcou minha trajetória e a Sociologia, ter seguido a sociologia é também um efeito do contato prematuro e riquíssimo com ele.

As aulas eram segunda-feira pela manhã, de forma que, pelo que tenho memória, Pedro foi meu primeiro professor no curso. Tenho recordações de algumas de suas intervenções, como se fossem frases grifadas em minha cabeça, ou trechos de falas entre aspas tirados de textos maiores, como fazemos em trabalhos acadêmicos ou mesmo em quadros e esquemas de estudo e leitura. No ano seguinte me afastei do curso temporariamente, me tornei bombeiro e essa é outra passagem importante de minha relação com Pedro. Assim, desenvolvi, ao mesmo tempo, minha agenda de pesquisa e uma militância quase heroica ao ajudar a fundar uma associação de praças do Corpo de Bombeiros do Paraná. Ao ingressar no universo dos militares estaduais, pude perceber o quão “perverso” era este tipo de instituição, inclusive para os próprios membros destas organizações. Algo que Pedro sempre alertou e denunciou.

A condição de militar me levou a unir pesquisa e militância política, conheci as histórias de luta e

resistência dos militares estaduais e as greves e manifestações deste grupo passaram a ser meu objeto de pesquisa. Pedro sempre foi um parceiro nesta caminhada, uma luz que iluminava meus passos em ambos os caminhos trilhados, o da militância e o da pesquisa. Na luta pela desmilitarização das polícias e pelos direitos dos militares, sobretudo das praças que são as bases destas corporações, ele estava presente, na investigação acadêmica ele estava presente, sempre disposto a ajudar em todos os campos de batalha, sempre oferecendo suporte e até norteando a caminhada. Assim, Pedro me ajudou a ficar firme na luta, mas também me ofereceu ferramentas teóricas para me localizar e entender do que se tratava aquilo tudo. Foi através de Pedro que conheci Goffman (1974) e pude compreender melhor as instituições militares que, ironicamente eu conhecia por dentro como um membro do “grupo de internados”. Foi através de Pedro que as ideias de “instituição total” e de “mortificação do eu”, ambas desenvolvidas pelo sociólogo canadense, passaram a incorporar as minhas reflexões sobre os militares estaduais. Super Pedro conheceu bem uma instituição deste tipo, sua pesquisa de doutorado foi justamente dentro de uma instituição destas.

Em 2014, no contexto dos debates sobre a PEC 51, que buscava reestruturar todo o sistema da segurança pública no país, um conjunto bem amplo de organizações de policiais organizou o Fórum Paranaense Pela Segurança Pública, eram sindicatos e associações interessadas no conjunto de reformas que a proposta trazia. Um seminário foi organizado, sendo a abertura no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Pedro como sempre muito gentil e prestativo não recuou diante do convite, fez uma fala maravilhosa, sem receio de colocar as coisas em seu lugar e apontar os problemas tal qual eles são, inclusive fazendo as devidas críticas ao seu próprio campo político, que militarizou a segurança pública e fez uso das mesmas táticas e práticas tão nefastas e já conhecidas por nós. De uma forma peculiar, quase informal, como se estivesse conversando com as pessoas presentes no local, Pedro “deu o papo”. Abaixo segue um trecho de sua intervenção transcrito por mim, para o deleite dos leitores interessados no tema.

“[...] e aí entre as questões indicadas, a demanda, as demandas dos trabalhadores, dos policiais, é vista como baderna. Não é vista como demanda política legítima, baderna, vandalismo, isso e aquilo, aquilo outro... tentam sistematicamente e aí sim com... com o aceite de várias outras instituições desqualificar esta importante demanda. Meu amigo Marcelo Jugend, disse que ele é um municipalista radical, convicto, eu... eu sou um municipalista – risos – quase que convicto, mas não tenho dúvidas que o modelo de uma polícia municipal, outra estadual, única, não militarizada etc. etc... e uma por esferas territoriais, com competências... com ciclo de polícia completo, me parece uma boa saída, dá certo em outros lugares do mundo,... me parece que é um debate que é esse, se as guardas municipais devem ser polícia, ele é importante acho que está se avançando nisso, mas principalmente as guardas municipais precisam agora nesse processo em que se transformem em polícias, desenvolver um *modus*... retomar lá aquela ideia inicial quando não eram, quando... a ideia era guardas civis e tentar reduzir os danos da intervenção militarizada nas suas estruturas – aplausos – mais do que desejar-lhes sucesso... Ah! eu queria convidar... no dia 4 e 5 de junho faremos um evento na Universidade Federal do Paraná, um evento que será feito na Faculdade de Direito, lá no auditório nobre, no salão nobre, um tal de salão nobre, chamado: “Sociedade, Democracia e Desmilitarização”. Este evento contará com professores da área da ciências sociais, juristas para apontar incongruências, problemas... jurídicos... nossos colegas e professores lá da universidade de Direito... categorias de base e movimentos sociais. Repito! Nós queremos ouvir as categorias de base, nós queremos abrir espaço pras categorias de base... hã hã hã... o Fernando Vicentine já está convidado, nos falamos por telefone, agora eu formalizo este convite, será uma enorme honra ter o presidente do sindicato e o presidente do Fórum participando deste debate... mais do

que desejar-lhes sucesso. Tô... Talvez... às vezes me incorporo nesse debate... desejar-nos sucesso... eu quero nesse sentido colocar o nosso Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos à disposição dos senhores e senhoras na... nesse processo de construção de um novo modelo de segurança pública.... O Luiz Eduardo fala em refundar, nós precisamos refundar este processo... e uma parceria profícua e estimulante entre... para todos nós, é aquela coisa de policiais, categorias de base devidamente representadas, universidade, sociedade etc... para que nós possamos realmente deixar parte de uma herança vergonhosa pra trás e repito! Nós só faremos isso com aqueles que estão nas bases que são o que ocupam o lugar hoje de hã... que hora é herói, não é à toa, que hora é herói e num estalar de dedos é Geni, não é isso? Porque o ônus vocês assumem, o bônus é meu... Senhores e senhoras, estão de parabéns e muito, muito, muito obrigado por essa honrada posição que vocês me colocaram. Muito obrigado! — aplausos —”.

A fala dele neste evento apontou muitos elementos indispensáveis ao debate sobre segurança pública, ainda muito atuais e necessários, como a municipalização, ciclo completo, desmilitarização e, sobretudo, as demandas das categorias de base, bem como sua inclusão e participação no debate, que para ele era indispensável. Mas o que a meu ver deve ser destacado foi que, ao sorrir amavelmente para o interlocutor ao seu lado na mesa, gesticulando sem exageros e afirmar “incorporar-se nesse debate e desejar-nos sucesso”, Pedro demonstrou o quanto estava comprometido com a transformação social, seu caráter e seu tamanho enquanto intelectual e ser humano. Pedro está dentro de mim, dentro do debate sobre segurança pública e dentro da sociologia brasileira, por isso ele é o Super Pedro!

Entrevistadora: Marcelo, quando falamos da sua relação com o professor Pedro, não podemos deixar de lembrar das questões relativas à policialização das políticas públicas e hipermilitarização da vida. Pode discorrer sobre como você e o professor Pedro pensavam essas questões?

Marcelo Bordin: A retomada da democracia no Brasil, em especial após a Promulgação da Constituição Federal de 1988, também denominada de “Constituição Cidadã”, não foi suficiente para alterar a situação das questões relativas ao enfrentamento da violência estatal, que transparece de uma forma mais comum nas atuações das instituições policiais, que não as comete sozinhas, sem o respaldo das demais estruturas do Estado, ou seja, não é somente o policial que comete atos violentos contra a população em geral. Nesse sentido, Bodê de Moraes (2006) afirma que a policialização das políticas públicas é um processo em conjunto com a militarização da sociedade, nesse caso a brasileira, em um processo simbiótico e constante.

Nesse sentido, pode ser entendido que a sociedade brasileira está em uma constante “guerra civil” (Mir, 2004), é claro que não nos moldes característicos, mas que possui números de vítimas similares aos conflitos atuais, demandando por parte do Estado um avanço nessa forma de fazer segurança pública e que Bordin (2021a) denomina de hipermilitarização da segurança pública, onde a “guerra é a regra”, resultando em uma hipermilitarização do cotidiano e/ou da vida (Bordin & Grotti, 2020). E após as eleições de 2018, a população assistiu ao retorno dos militares para a administração civil, nas diversas esferas do poder público, naquilo que Bordin (2021b) afirmou ser uma hipermilitarização da política no Brasil.

Aqui, pode-se afirmar que a policialização das polícias públicas e a militarização da sociedade foram as análises precursoras do que se denomina agora por hipermilitarização, ainda que o professor doutor Pedro Bodê não assumisse de fato que o país vivia (e ainda vive) uma guerra de uma nova forma, atomizada e cotidiana, o último curso que ele ministrou, em conjunto com o professor doutor André Giamberardino, foi justamente sobre a guerra, demonstrando a importância desse debate na esfera universitária. Infelizmente, o doutor Pedro Bodê nos deixou em novembro de 2021, ferindo nossos corações e abrindo uma lacuna que nunca será preenchida em relação ao debate sobre a segurança pública e seu processo de hipermilitarização. Obrigado Pedro pelos quase 18 anos de amizade e aprendizado mútuo.

Entrevistadora: Marcinha — como carinhosamente você é chamada pelos colegas de luta —, como foi pensar juntamente com professor Pedro as questões do racismo estrutural e extermínio da população negra e vulnerável?

Márcia Regina Santos de Jesus: O racismo estrutural se apresenta como um conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais dentro da sociedade. As análises produzidas no Brasil por um conjunto de pesquisadores, ao qual o professor Pedro está alinhado, abordam o tema da segurança pública relacionado às relações raciais que se constituem no Brasil. Um exemplo é o pesquisador Edmundo Campo Coelho que, em seu livro *Oficina do Diabo* (2005), apresentou uma importante discussão acerca da associação da tese entre pobreza e criminalidade. Associação feita por cientistas sociais, num determinado momento, que contribuiu para a criminalização da pobreza e da marginalidade. Segundo o autor, a associação concede aval às perversões das práticas policiais. Do material de análise desta obra, um dado é interessante, o crime de vadiagem, no qual “a cor funciona sempre como indutora de controle social e de criminalização das camadas desprivilegiadas da população” (Coelho, 1987, p. 308).

O professor Pedro considerava nas suas reflexões sobre o nosso modelo de polícia, entre outras obras, a do historiador Thomas Holloway (1997). No seu artigo *Juventude, medo e violência* (Bodê de Moraes, 2006), ele coloca:

A história da militarização da polícia no Brasil é antiga. Ela atendia a uma demanda específica: o controle das classes perigosas. Na Colônia, tais classes eram compostas de escravos, pretos libertos, capoeiras e alguns imigrantes, e os métodos da polícia na relação com esta população espelhavam a violência e brutalidade da vida nas ruas e da sociedade escravocrata em geral (Holloway, 1997, p. 50).

“Para a função de controle destas classes perigosas, nada melhor que militares” (p. 9).

No artigo *Juventude, medo e violência*, Pedro coloca:

pela formação militarizada some-se um processo de socialização marcado por injustiças e violências institucionais, segundo a percepção dos praças, que certamente têm reflexos na sua atuação nas ruas. Curiosamente, a argumentação pró-militarização invoca exatamente a necessidade de manutenção da disciplina sobre um contingente que foi recrutado junto à mesma população que será alvo de suas ações e também é, de certa forma, percebida como membros das classes perigosas. No entanto, como devemos avaliar a violência cometida contra a população civil, assim como a corrupção, práticas que estão longe de serem exceções no interior destas corporações? Elas são comandadas? De alguma forma, elas são percebidas pela tropa como possibilidades, considerando o grau de impunidade com que são tratadas as violências praticadas contra os segmentos pobres, negros e de regiões periféricas (Bodê de Moraes, 2006, p. 9).

De acordo com o Atlas da Violência (Cerqueira et al., 2020), divulgado no dia 27 de agosto, a taxa de homicídios de negros saltou de 34 para 37,8 por 100 mil habitantes entre 2008 e 2018, representando um aumento de 11,5% no período. Já os assassinatos entre os não negros no mesmo comparativo registraram uma diminuição de 12,9%. O relatório mostra que, em 2018, os negros representaram 75,7% das vítimas de todos os homicídios. Estes dados confirmam um cenário de guerra travada contra um inimigo interno, como Pedro chamava a atenção – “Considerando os dados relativos aos homicídios e encarceramento dos jovens pobres, negros e de regiões periféricas, assim como as relações cotidianas entre este mesmo grupo e as polícias, marcadas por alto grau de violência e desconfiança, encontramos o que efetivamente têm sido as políticas públicas disponíveis e aplicadas a esta população: repressão, prisão e extermínio” (Bodê de Moraes, 2006, p. 11).

O professor Pedro orientou o meu trabalho com o título *Resolvemos politizar a nossa morte: Movimento Negro, genocídio e extermínio da juventude negra e segurança pública*. A escolha da temática faz parte da minha trajetória política junto ao movimento

negro de Curitiba que se inicia no ano de 2001, mas essencialmente pelas abordagens acadêmicas do Pedro, desde 2000, quando assisti a sua palestra sobre violência, juventude e racismo, ainda estudante do Ensino Médio e depois em contato com as suas produções e especialmente nos momentos de encontros do CESPDPH e atividades produzidas em parceria com o movimento negro. Destaco o livro *Os Jovens de Curitiba: esperanças e desencantos* (Sallas et al., 1999), escrito com participação do professor Pedro e que ele me presenteou no dia 14 de setembro de 2001.

No final dos anos 1990, a Unesco promoveu pesquisas em três grandes cidades brasileiras, Rio de Janeiro, Fortaleza e Curitiba, abordando as múltiplas faces dos jovens, seus dilemas e desafios, suas dúvidas e incertezas, suas alegrias e sofrimentos, sonhos e desejos de futuro e o professor Pedro foi um dos pesquisadores. Foram realizadas pesquisas em Curitiba dentro do Projeto da Unesco, que buscavam compreender as relações entre juventude, violência e cidadania.

O importante de observar nessa pesquisa é um elemento que se impõe como tema fundamental – segurança pública, particularmente a violência policial. O tema da segurança pública e a participação da polícia como temas de pesquisa não tinham sido considerados inicialmente. Foram incorporados posteriormente devido à recorrência na fala dos jovens sobre a violência policial como um problema enfrentado por eles. Em decorrência, foi acrescentado o 9º Capítulo, referente à Segurança Pública. A pesquisa mostra que, entre os serviços públicos abordados para avaliação dos(as) jovens, a segurança obteve a pior avaliação. Ao abordar o que os(as) jovens menos gostam na cidade, a violência aparece em primeiro lugar. Os jovens pretos, pardos (negros) consideram a ação violenta da polícia como o que mais detestam na cidade. Os abusos policiais estão presentes nas falas e debates dos grupos focais considerados na pesquisa.

Sem dúvida, o tema que se coloca nesta pesquisa, juventude e segurança pública, trazido como o pior elemento para o grupo de jovens negros, é importante dentro das ações que o Pedro esteve envolvido na cidade de Curitiba e nas articulações promovidas junto ao Movimento Negro, especialmente na ação policial. No artigo *Juventude, medo e violência*,

o Pedro apresenta uma articulação do ser jovem com a produção da violência. Dentro da visão uma forte repressão se constitui sobre a juventude. Considerando que uma realidade pior se apresenta para a juventude negra, o Estado deve garantir a segurança dos indivíduos, em especial a preservação de suas vidas. No entanto, existem sérias incoerências em referência à segurança e preservação da vida da população negra, em especial dos jovens negros.

Entrevistadora: Maíra, você como psicóloga teve muitas oportunidades de estudar e conversar com o professor Pedro sobre as interfaces entre a Psicologia, a Psicanálise e o Direito. O que você pode nos dizer sobre essas reflexões?

Maíra Marchi Gomes: Quando penso nas inúmeras trocas que tive com o Pedro, me ocorre falar sobre biologicismo, patologização, contágio moral e estigma. Meu primeiro contato com Pedro foi em janeiro de 2001, em um trabalho de imersão junto a agentes penitenciários, por meio de grupos operativos (Pichon-Rivière, 1985) para tratar das angústias na prática profissional. Esta atividade de extensão foi uma parceria entre o DEPEN-PR (Departamento de Administração Penitenciária) e o Centro de Estudos das Toxicomanias Dr. Claude Olievenstein (DEPSI-UFPR), à época dirigido pelo prof. Dr. Victor Eduardo Silva Bento, e do qual o prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes era um dos coordenadores de laboratório.

Um dos apontamentos de Pedro que mais me impactou foi sobre suicídio, um dos temas que correntemente emergiam no discurso dos agentes penitenciários. A menção à compreensão de Durkheim (1982) sobre este fenômeno foi a que mais me convenceu, já no meu último ano de graduação em Psicologia, do quão fundamental é uma leitura não patologizante. Antes disso, uma leitura que, ao pretender alcançar o humano, pretenda tocar a humanidade. Compreendi pela primeira vez a indissociabilidade do humano de seu contexto histórico, político, econômico, social, cultural, e tudo o mais que transcenda a ideia de uma mente como entidade abstrata e encapsulada.

A parceria entre DEPEN e CET durou no mínimo dois anos, com grupos operativos com agentes

penitenciários realizados nas dependências do CET e com diferentes opções metodológicas (basicamente, variações em termos de busca espontânea ou de indicação por parte das diretorias de unidades prisionais). Semanalmente, eu e meus colegas éramos supervisionados por Pedro. Não posso deixar de mencionar como me sentia à vontade para falar com Pedro (na época, via ligação telefônica), bem como que ele fazia o possível para que nossas conversas se dessem num café, e as vezes em que insistiu para me levar ao ponto de ônibus. Não dizia que era por preocupação com minha segurança, mas entendo que sim... apenas não falava disso porque não combinava com ele atitudes como considerar alguma rua como perigosa, algum horário como de risco. Não combinavam estigmas (Goffman, 1975) com Pedro; a propósito, conceito que também aprendi com ele, a partir das reflexões sobre a escuta de agentes penitenciários.

Ao fim ainda de 2001, Pedro participou da banca de defesa da minha monografia de conclusão de curso de graduação, que abordava as relações entre toxicomania e criminalidade. Pedro foi quem me ensinou que o diálogo entre Psicologia, Psicanálise e Direito não pode abster de críticas políticas, culturais, sociais, econômicas, raciais, de gênero, e esta lição aprendi ali. Anos depois, participou da qualificação e defesa de minha dissertação de mestrado (Gomes, 2010). Ali, soube mais do Pedro que estudava polícia, políticas criminais, penais e de segurança pública. Falando de policiais, ele mantinha algo que sempre me surpreendeu na relação dele com agentes penitenciários: sua capacidade de empatia, de acolhimento e como bem entendia a relação entre “sujeito” e “objeto” em Ciências Humanas (Geertz, 1997).

Na mesma direção de toda a sua mirada integrada para os eventos humanos, Pedro nunca foi e nunca será apenas meu professor. E até sinto que ele me lembrou da Maíra, para além da aluna, pesquisadora, extensionista e profissional.

Entrevistadora: Fábia, a partir de seus estudos, gostaria que trouxesse seu olhar sobre o conceito de “controle social perverso” nessa trajetória de aprendizado com o professor Pedro.

Fábia Berlatto: Muito do meu olhar sobre segurança pública e controle social foi construído a partir dos meus estudos e discussões com o Pedro. Existem diferentes formas de controle social. A forma mais positiva seria aquela que — idealmente — exerceria seus mecanismos de controle por intermédio da integração social, ou seja, pelo acesso a bens e serviços materiais e/ou simbólicos que produziram certo equilíbrio estrutural espontâneo. Este modelo se contrapõe à outra forma, aquela que procura negar a diferença e mascarar a desigualdade. Tal forma de “controle social perverso” pode ser percebida, dentre outras maneiras, através das dinâmicas de estigmatização dos negros e dos pobres, notadamente dos negros pobres, adotadas pelo Estado — com destaque ao Estado brasileiro. O principal instrumento dessa dinâmica de estigmatização é a criminalização da negritude e da pobreza e o medo que daí advém.

O modelo de segurança pública centrado na ideia de guerra, ou seja, na articulação entre a militarização das forças de segurança e a policialização da sociedade está no centro das tentativas de eliminar o crime, entendido pelo senso comum como o grande gerador de insegurança social. O “combate à criminalidade” constitui importante recurso das práticas de controle das “classes perigosas” que vêm historicamente sendo desenvolvidas no Brasil, quer dizer, das práticas de combate legal da negritude e da pobreza pelo reforço do mito de que ambos produzem o crime, de que são potencialmente e virtualmente criminosos, pela preferência por políticas repressivas, não integradoras.

Quanto mais a terminologia “segurança pública” apela para o senso comum, obedecendo, assim, às regras do campo político, mais ela mascara os processos de controle social perverso, pois é exatamente nesse jogo que ela acaba enunciando aquilo que ela não faz, ou seja, não diminui o medo e a insegurança e caminha longe da noção de público por privilegiar interesses, perfis sociais, espaços, modelos de comportamento etc.

Entrevistadora: Aknaton, você pode nos falar sobre como você e Pedro pensavam, e você ainda pensa a Sociologia do Direito, das drogas e do Sistema de Justiça Criminal?

Aknaton Toczec Souza: Em seu célebre livro *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*, Pedro Bodê faz a dedicatória “ao meu amigo, Dr. Mussoline Elias Daher Chedier” (2005, p. 07). Ele sempre contava sobre este amigo. Acha curioso seu nome ser homônimo do fascista italiano, justamente por seu amigo ser um exemplo de luta pelos direitos humanos e justiça. Advogado atuante na Baixada Fluminense, em São João do Meriti, e amigo da família, Pedro cresceu dentro do seu escritório de advocacia. Confessava que pensou em cursar Direito, contudo, foi tragado e envolvido pelas Ciências Sociais. Mas suas vivências com Dr. Mussoline semearam desde moço um olhar arguto sobre as injustiças, em especial, aquelas legitimadas e sustentadas pelas estruturas jurídicas.

No começo de sua carreira, o Professor Pedro se situava no campo do pensamento social, e foi para essa cadeira que assumiu o cargo de professor da Universidade Federal do Paraná, no Departamento de Ciências Sociais. A partir de 1995, os temas da violência, da juventude e dos direitos humanos vão progressivamente se tornando sua principal pauta de pesquisas e ações. O curioso é que uma sociologia do direito sempre esteve presente – ainda quando estava na área do pensamento social, onde pesquisou Monteiro Lobato – contudo, sem jamais se nomear como sociólogo do direito. Para ele, sociologia é sociologia. Foi pioneiro nas pesquisas sobre agentes penitenciários, ofertando uma possibilidade ainda não explorada pela sociologia brasileira para análise das profissões jurídicas.

No início do século XXI, Pedro realiza um curso sobre toxicomania. Nesse momento, já profundamente envolvido com o tema do controle social e da violência, organiza alguns grupos de pesquisa, entre eles um sobre a polícia, inspirando novos pesquisadores em compreender as instituições pelos instituídos. Compreender abstrações como Estado, direito através dos atos, ações exercidas em seu nome. Sempre atento, Pedro logo percebeu que a temática das drogas era fundamental para compreender algumas das interfaces entre seus temas centrais. Engaja-se na luta antiproibicionista, organizando e participando em diversos eventos

e movimentos sociais. No Uruguai, participou do primeiro Expocanabis. Pedro era um tórrido defensor das liberdades, um anarquista cristão, um pacifista, expôs em muitas oportunidades o cinismo, a hipocrisia e barbaridades do Sistema de Justiça Criminal. Deixava nua a *noblesse d'état* e sua convivência com a morte e a guerra civil permanente orquestrada pela justiça, dizia ele: “quando um policial puxa o gatilho, esse gatilho já foi puxado anteriormente pelo juiz”. Talvez sem querer, tenha contribuído para uma geração de pesquisadores engajados em fazer uma sociologia do direito, das suas instituições e efeitos sociais.

Entrevistadora: Professor Gediel, sua relação com o Pedro foi muito além das trocas acadêmicas. Além da forte amizade entre vocês, tinham um compromisso com os Direitos Humanos, com a Universidade e a Democracia. Participaram juntos da coordenação da Comissão Estadual da Verdade do Paraná. Como foi esse percurso?

Prof. Dr. José Antônio Peres Gediel: Pedro Bodê foi um intelectual e ativista. Nas suas múltiplas tarefas na Universidade, nos espaços públicos, na convivência fraterna dos movimentos sociais, na abertura permanente para diferença e riqueza com que o humano se apresenta e constitui a trama social, caminhou com desenvoltura e segurança. Segurança porque tinha suas balizas teóricas firmemente presas ao estudo e à pesquisa. Desenvoltura porque utilizou essas balizas para entender que é necessário mudar o que deve ser mudado e reconhecer os limites do humano. Contrariou a ideia de que a militância política é incompatível com a vida acadêmica, pois conseguiu articular a sua participação junto aos movimentos sociais, sem incorrer nos riscos de traduzi-los pelo senso comum ou partidário. Optou pela via de uma observação criteriosa, embasada em conceitos elaborados pelos grandes pensadores da Sociologia. Participou de audiências públicas, fóruns, conferências, cursos de formação para agentes públicos, trazendo para esses espaços políticos-administrativos os debates refinados pela sua vida acadêmica e voltados a discutir as raízes do Brasil. Analisou a militarização das polícias militares estaduais, durante e posterior à Ditadura Civil-Militar inaugurada em 1964, o racismo estrutural

e o extermínio da população negra desde o século XVI, com a escravização de milhões de africanos que se perpetua nos territórios, sem lei nem rei, das favelas e periferias das grandes cidades. Denunciou a vulnerabilidade e a fragilidade da vida humana dos jovens negros que habitam essas periferias. Na sua bagagem, Pedro foi juntando as lições dos intérpretes do Brasil, da Sociologia e da sua experiência estudantil e docente, forjadas no período da abertura democrática e da renovação partidária, na década de 1980. Além dessas ferramentas, Pedro Bodê percebeu a importância e utilidade que o bloco discursivo-normativo que denominamos Direitos Humanos proporciona para se posicionar ao lado daqueles que lutam pela vida, pela igualdade, pelos direitos. Bodê se aproximou do Direito pela sua face mais áspera: o Direito Penal e Penitenciário. Identificou, em todas as injustiças acumuladas, ao longo da formação social brasileira e da construção política do Estado, um ponto de destaque: os inomináveis estabelecimentos penitenciários com sua opacidade, com suas práticas que escapam ao mínimo da proteção jurídica de qualquer tipo de Estado e se remetem, sempre e sempre, ao mundo da violência, da intolerância, daquilo que a teoria contemporânea identifica como a vida nua, sem valor, sem proteção, e que permite as múltiplas violações sem qualquer consequência jurídica. No seu trabalho destacado junto ao Conselho Penitenciário Estadual, Pedro postulou o respeito ao mínimo dos direitos dos apenados e formulou uma hipótese que me desafiou ao longo dos anos: o Direito Privado (Civil) pode contribuir para “civilizar” o Direito Penal e a vida intramuros nas penitenciárias? Pedro Bodê nos deixou em novembro de 2021 sem que eu pudesse lhe dar essa resposta, mas sua provocação gentil e irônica poderá servir para muitos jovens se questionar: afinal, o que é Direito? Para que serve? Quais as diferenças entre esses vários blocos normativos e divisões disciplinares internas do Direito, que ora se apresenta como elemento de conciliação de conflitos sociais, ora como fundamento punitivo, ou, ainda, como proteção aos mais frágeis, com sinais que apontam para a justiça sempre inconclusa e distante. Talvez Bodê possa ser classificado como um intelectual alinhado ao socialismo humanista ou à democracia social cristã, mas era mais do que isso. Era alguém

que fazia de seus estudantes seus discípulos pela liberdade de escolha e pela exigência de se manter longe das ciladas da glória supérflua e momentânea da vida acadêmica. Pedro Bodê vive nos interstícios desses espaços pelos quais circulou, deixou suas marcas, com sua generosidade de ensinar e acolher, nas pessoas que foram profundamente influenciadas por suas ideias, nos seus apontamentos e cadernos de campo que sempre relutou em publicar.

Entrevistadora: Samara, você esteve ao lado do Pedro como aluna e colega de trabalho durante muito tempo. De que forma essa relação marcou você?

Samara Feitosa: Falar do Pedro é uma tarefa bastante árdua, sua presença marca uma boa parcela da minha vida acadêmica e de envolvimento com a militância ligada aos Direitos Humanos, mas não se atém apenas a essa parte de minha existência, ele esteve presente, como o grande amigo em que se transformou, em vários momentos importantes de toda minha trajetória.

Profundamente engajado em tudo o que se propunha fazer, transitava das salas de aula a falas nos movimentos sociais com a mesma tranquilidade e segurança de quem se posicionava, vivenciava e atuava pautado em princípios éticos firmes e fundamentados. Estivemos juntos em vários momentos, das aulas na graduação no curso de ciências sociais, passando pela orientação no doutorado e na atuação na Comissão Estadual da Verdade do Paraná, quase duas décadas de trabalhos em conjunto.

Na Universidade Federal do Paraná, o professor Pedro atuava como coordenador de um grupo de pesquisas que inicialmente era chamado de GEV (Grupo de Estudos de Violência), posteriormente esse grupo dá origem ao CESP DH (Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos), agora contando com a parceria do curso de pós-graduação em Direito, também da Universidade Federal do Paraná. Foi esse grupo de pesquisas que, em 2009, organizou uma conferência livre voltada à discussão de temas referentes à segurança pública. Momento ímpar onde pudemos discutir com os mais diversos atores (de agentes penitenciários a pesquisadores do tema) questões pertinentes a segurança pública e aos

direitos humanos, questões candentes num período em que apostávamos num processo de participação popular na retomada democrática.

Aliás, essa ligação entre o trabalho científico e a atuação na sociedade foi, sem dúvida, um dos maiores legados do professor Pedro aos seus alunos e amigos. Embora tivesse um posicionamento bastante firme com relação à diferença existente entre ciência e militância, era capaz de colocar em ação, de forma bastante eficiente, todo o arcabouço intelectual que qualificava sua atuação como cidadão crítico e participativo em vários movimentos sociais.

Nesse sentido, seu papel como coordenador da Comissão Estadual da Verdade do Paraná ocupa em minhas memórias um espaço especial. Atuando na assessoria dessa atividade, pude acompanhar de perto toda a construção do trabalho dessa Comissão, seus embates, avanços e recuos, obstáculos e resultados. Das oitavas semanais às audiências públicas, passando pelas burocracias e negociações, todo o processo marcado por um profundo respeito às lembranças dolorosas que sabíamos estar despertando em cada um dos envolvidos. Memórias e dores compartilhadas, momentos difíceis, mas de profundo significado e importância.

Penso que essa possa ser, talvez, uma definição do trabalho ao qual o professor Pedro se dedicou, questões urgentes e difíceis, que foram sempre tratadas por ele com um profundo respeito e responsabilidade.

Entrevistadora: Marcinha, fale um pouco sobre como sua relação com o professor Pedro foi marcada pela construção do ofício de ser sociólogo(a), sobre seu legado aos e às estudantes e às demais redes de contato.

Márcia Regina Santos de Jesus: No ano de 2000, o Grupo de Estudos da Violência, da Universidade Federal do Paraná — GEV/UFPR, coordenado pelo Professor Pedro Bodê, realizou, em conjunto com alguns(as) professores(as) do Colégio Estadual Protásio de Carvalho, uma pesquisa sobre violências. Após a pesquisa, o GEV/UFPR ofereceu um conjunto de palestras que aconteceram durante três sábados, iniciando no dia 12 de agosto. As palestras foram

ministradas por dois professores da UFPR, Dr. Pedro Bodê e Dr. Rafael Villa, e pela professora Dra. Ana Luisa Sallas. As palestras estavam direcionadas para professores e estudantes no sentido de formar “agentes multiplicadores, levando o que aprenderem à comunidade, que tendo o conhecimento teórico adequado, poderá se mobilizar e desenvolver trabalhos práticos” (P. R. Bodê de Moraes, entrevista, 13 agosto, 2000). O Colégio Estadual Protásio de Carvalho apresentava um contexto de violência crescente e o objetivo foi “conhecer o quadro de violência e de problemas sociais de uma forma mais concreta” (P. R. Bodê de Moraes, entrevista, 13 agosto, 2000). Eu era estudante dessa escola, tinha 17 anos, estava no segundo ano do Ensino Médio e participei de todas as palestras, o Pedro esteve na escola durante os três sábados.

A primeira palestra foi ministrada pelo professor Pedro e o recorte racial estava muito presente na sua fala, atravessando toda relação de violência urbana, ação policial relacionada ao racismo brasileiro. Eu tinha acabado de estudar, na disciplina de Sociologia, a Lei n. 7.716 que torna crime o racismo no Brasil e também de considerar o racismo brasileiro num vídeo produzido na escola em comemoração aos 500 anos do Brasil. Por isso, estava interessada na temática do racismo e pela abordagem de uma realidade na qual eu estava totalmente colocada — jovem, negra, moradora de periferia, estudante do período noturno. O meu interesse pela Sociologia e a proximidade com o Pedro, inicialmente através da sua orientanda, minha professora, eu pude então acompanhar a parceria do Pedro com os movimentos sociais, especialmente o Movimento Negro. Sua principal contribuição estava na discussão sobre violência, segurança pública e racismo em diversos eventos, palestras e conferências. Destaco o *I Seminário Em defesa da vida, contra o racismo e a violência policial*, realizado no ano de 2004, pelo Fórum de Entidades Negras do Estado do Paraná, o Seminário durou três dias e aconteceu no auditório do Quartel da Polícia Militar do Paraná, com participação de oficiais nas falas de funcionários(as) do sistema judicial. Fui ouvinte e o Pedro foi palestrante e esteve presente durante todo o Seminário.

Em 2006, iniciei a graduação em Ciências Sociais na UFPR, fui bolsista de iniciação científica durante toda a graduação com a orientação do Pedro e, neste contexto, pude ter acesso também à sua generosidade como professor, à sua seriedade ao ofício de professor e à sua competência acadêmica enquanto pesquisador. Pude desenvolver, como bolsista de iniciação científica e integrante do CESPDPH/UFPR, uma pesquisa junto à categoria de base na polícia militar do Estado do Paraná que abordou, entre outros temas, a violência e o racismo. A orientação proporcionada pelo Pedro anterior à pesquisa de campo — no ensino sobre metodologias, durante o percurso das entrevistas — no ouvir sobre as nossas experiências e posteriormente na análise do material, foi muito importante para a formação de futuros pesquisadores(as) que estavam chegando à graduação. A profissão de sociólogo era concretizada por Pedro e ensinada na sua atuação da maneira como considerada por um dos seus autores importantes, Pierre Bourdieu,

Entrevistadora: Carolina, você foi aluna e orientanda do professor Pedro no Doutorado. Na sua visão, quais foram as contribuições intelectuais do Pedro para pensar a cidade, a segregação e as formas naturalizadas de violência?

Carolina Cravero: Resulta difícil escribir sobre las contribuciones intelectuales de Pedro sin mencionar que era un maravilloso ser humano. Pedro fue un gran docente, destacado investigador y un gran amigo.

Aún recuerdo la primera entrevista con Pedro en el marco de mi beca OEA habiendo ya ingresado al doctorado de la UFPR. Le conté que para mis estudios de maestría había realizado campo en la escuela de la cárcel de mujeres de Córdoba (Argentina) y por eso mi plan de trabajo versaba sobre presidios, pero que ya no quería trabajar en condiciones de encierro. Conversamos un poco sobre nuestros países e intercambiamos opiniones sobre las disciplinas de las ciencias sociales porque ambos teníamos también formación en Ciencia Política y Antropología. En un momento me preguntó qué era lo que más me llamaba la atención de Curitiba. Podría haber sido políticamente correcta, afortunadamente no lo fui. Le respondí que la gente viviendo en situación de

calle, pero por la indiferencia que eso suscitaba en el resto. *Me llama la atención cómo la gente pasa, come y habla al lado de estas personas como si fueran parte del paisaje, sin inmutarse.* “Investiguemos eso”, me dijo. Luego hablamos de Pierre Bourdieu, a los dos nos gustaba, encontrábamos en el concepto de poder simbólico un potencial explicativo enorme para las formas contemporáneas de segregación. Ese día me fui a casa sin saber aún qué iba a investigar, pero estaba segura que ese camino lo iba a transitar de la mano de Pedro, y así fue.

Sobrevinieron las reuniones en el CESPDPH con todxs lxs colegas. Los seminarios de orientación. Pensar las formas naturalizadas de la violencia o la violencia del “orden” en los espacios urbanos que transitamos cotidianamente como universitarios/as acomodados/as. Enfocamos en el centro de la ciudad, pusimos en diálogo autores del interaccionismo simbólico como Howard Becker con la sociología de Bourdieu y especialmente con Loïc Wacquant. Pedro me orientó hacia el trabajo de Philippe Bourgois y la dimensión étnica del habitus. Sin dudas, este camino teórico permitió entender mucho mejor lo que estaba sucediendo en el centro de la ciudad con algunas políticas que desde el poder público llamaban “revitalizadoras”, pero que no hacían más que reforzar la segregación racial en Curitiba. Re-elaboramos la categoría de “gentrificación” en términos de colonialismo higienista para entender cómo son trazadas las fronteras urbanas. Describimos lo que estaba pasando en el centro de Curitiba: dejar bonito, maquillar, ocultar las miserias, el poder simbólico en su máximo esplendor o las dos caras del gueto (el punitivismo y la marginalización).

Intelectualmente Pedro Bodê tuvo la enorme capacidad de actualizar los clásicos, como lo demuestra su concepto de control social perverso, y también de adecuar localmente grandes conceptos de la antropología y sociología para leer las singularidades urbanas del Brasil y América del Sur.

Contribuição

Os pesquisadores declaram não haver conflitos de interesse.

Participaram Desta Entrevista

Aknaton Toczek Souza

É pós-doutorando em Sociologia Política (UVV), doutorando em Direito (UFPR), doutor em Sociologia (UFPR), mestre em Sociologia (UFPR), especialista em Sociologia Política e em Direito Penal e Criminologia (ambas pela UFPR), bacharel em Direito, advogado e pesquisador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (CESPDH-UFPR), do Núcleo de Pesquisa em Ativismos, Resistências e Conflitos (NUPARC-UVV). Atualmente, é professor e coordenador da faculdade de Direito da Unisecal.

E-mail: aknatontoczek@gmail.com

Bruno Zavataro

É doutorando em Sociologia (PPGSOCIO-UFPR), mestre em Criminologia (ULB/Bélgica), especialista em Sociologia Política (UFPR), bacharel em Direito e em Ciências Sociais (UFPR) e pesquisador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH-UFPR).

E-mail: bzavataro@yahoo.com.br

Carolina Cravero

Es doctora en Sociología por la UFPR, formada en Ciencia Política por la Universidad Católica de Córdoba y en Socio-antropología de la Educación por la Universidad Nacional de Córdoba, Argentina. Fue becaria de diferentes agencias de investigación y organismos internacionales como la OEA GCUB. Desarrolló investigaciones sobre educación en el encierro desde perspectiva de género y sobre formas contemporáneas de segregación en los espacios urbanos. Integra la red de investigadores/as del CESPDPH-UFPR y fue dirigida por el Dr. Pedro Bodê.

E-mail: carolinacravero@unraf.edu.ar

Edna Bravo Luis

É psicóloga (UNAM), doutoranda e mestra em Sociologia (UFPR). Atualmente, é coordenadora do

Grupo de Acompanhamento a Familiares de Pessoas Desaparecidas (GAF-FLAD México) e pesquisadora no GT Desaparecidos do Núcleo de Estudos sobre o Criminalidade e Violência (NECRIVI-UFG).

E-mail: embravo33@gmail.com

Fábia Berlatto

É graduada em Ciências Sociais (2004) com ênfase em Sociologia, especialista em Sociologia Política (2007), mestre (2008) e doutora (2017) em Sociologia, todos os títulos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Durante o doutorado, fez estágio de um ano no Centre de Recherches Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales (CESDIP/UVSQ/Paris-Saclay/Ministère de la Justice — França). É professora do curso de Especialização em Sociologia Política da UFPR, módulo Violência e Cidadania e pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH-UFPR) e do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil da Universidade Federal do Paraná. Atualmente, é pós-doutoranda pela Escola de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

E-mail: fabiaberlatto@gmail.com

Giovane Matheus Camargo

É doutorando e mestre em Sociologia (UFPR), especialista em Direito Penal e Criminologia (UNINTER), bacharel em Direito (ISULPAR) e pesquisador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH-UFPR).

E-mail: giovanemcamargo@gmail.com

Henri Frances Terni de Oliveira

É doutorando em Sociologia pela UFPR, mestre em Sociologia e graduado em Ciências Sociais pela mesma universidade, integrante do Grupo de Pesquisa Sociologia e Políticas Públicas e do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da UFPR (CESPDH-UFPR); ex-bombeiro militar e membro do Movimento Policiais Antifascismo. Eterno aluno de Pedro Rodolfo Bodê de Moraes.

E-mail: ternes1981@gmail.com

José Antônio Peres Gediel

É professor titular da Universidade Federal do Paraná — UFPR, vinculado ao Departamento de Direito Civil e Processual Civil, do Setor de Ciências Jurídicas, docente junto ao Curso de Graduação e ao Programa de Pós-graduação em Direito — PPGD/UFPR e junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia PPGSOCIO/UFPR. É doutor e mestre em Direito pela UFPR e graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realizou estágio pós-doutoral junto à Universidade de Montréal, Canadá (2002/2003), foi professor visitante na Universidade de Buenos Aires, Argentina (2016) e na Universidade de Columbia, Nova Iorque, EUA (2017). Foi membro titular da Comissão Estadual da Verdade CEV/PR, no período de 2012 a 2014, Coordenador da Cátedra Sérgio Vieira de Mello do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados — ACNUR, junto à Universidade Federal do Paraná, de 2013 a 2018. É coordenador dos grupos de pesquisa: BIOTEC — Direito, Biotecnologia e Sociedade e Direitos Humanos e Justiça — saúde, igualdade de gênero e redução das desigualdades — Agenda 2030 no STF, vinculados ao PPGD/UFPR.

E-mail: jagediel@gmail.com

Joyce Kelly Pescarolo (Organizadora do Texto)

Psicóloga pela Universidade Federal do Paraná (1999), Especialista em Sociologia Política (UFPR, em 2004), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2007) e Doutora pelo programa de Sociologia da UFPR em 2014. Pesquisadora do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná, Psicóloga Educacional e Institucional e ministrante de cursos na área de Educação. Professora Coordenadora do curso de Psicologia na FAE Centro Universitário. Psicanalista. Tem experiência na área de Psicologia Clínica e Psicanálise, Psicologia e Sociologia, com ênfase em Psicologia Escolar e Institucional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, direitos humanos, cultura da paz, violência, autoridade e inclusão, relações de gênero e cidadania.

E-mail: joyce.pescarolo@fae.edu

Marcelo Bordin

É geógrafo (UFPR), cientista político (UNINTER), mestre em Geografia e doutor em Sociologia (ambos pela UFPR). Atualmente, é pesquisador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH-UFPR), do Grupo de Pesquisas em Segurança, Violência e Justiça (SEVIJU/UFABC) e da Rede Nacional de Pesquisas em Militarização da Educação.

E-mail: marcelobordin05@gmail.com

Márcia Regina Santos de Jesus

É formada em Ciências Sociais pela UFPR, professora de Sociologia do Estado do Paraná, sócia-fundadora da Rede Mulheres Negra PR e integrante da Rede Nenhuma Vida a Menos.

E-mail: marciarsdejesus@gmail.com

Maíra Marchi Gomes

É psicóloga policial na Polícia Civil de Santa Catarina e professora da Faculdade Estácio de Sá, em Florianópolis. É graduada em Psicologia (UFPR), doutora em Psicologia (UFSC), mestre em Antropologia Social (UFSC), especialista em Saúde Mental, Psicopatologia e Psicanálise (PUC-PR), em Dependência Química (PUC-PR), em Direito Penal e Criminologia (UFPR), em Psicologia Jurídica (PUC-PR), em Panorama Interdisciplinar do Direito da Criança e do Adolescente (PUC-PR), em Sistema de Justiça: mediação, conciliação e justiça restaurativa (UNISUL) e em Avaliação Psicológica (CFP). Atualmente, é integrante do Laboratório de Psicanálise, Processos Criativos e Interações Políticas (UFSC), do Laboratório de Estudos das Violências (UFSC), do Grupo de Pesquisa Sistema de Justiça e Justiça Restaurativa (UFSC) e do Grupo de Pesquisa Centro de Estudos das Toxicomanias Dr. Claude Olievenstein (UFRI).

E-mail: mairamarchi@gmail.com

Mariana Corrêa de Azevedo (Entrevistadora)

É doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal

do Paraná (2019), mestra pelo mesmo programa (2011), cientista social também pela UFPR (2008) e pesquisadora do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH-UFPR).

E-mail: mariana@azevedo.com

Marina Zminko Kurchaidt (Colaboradora e Organizadora do Texto)

É mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2017), especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Ciências Políticas e Políticas Criminais (2015), bacharela em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2014), advogada e pesquisadora do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH-UFPR).

E-mail: zk.marina@gmail.com

Matheus Cedric Godinho

É membro da equipe executiva do Observatório da Evangelização da PUC Minas. Professor de Filosofia e Ensino Religioso e autor de material didático para Educação Básica. Cofundador da Oficina de Nazaré e parte do Conselho Editorial da Revista de Pastoral da ANEC.

E-mail: matheusgcedric@gmail.com

Pablo Ornelas Rosa

É doutor em Ciências Sociais (PUC/SP), com estágio de pós-doutorado em Sociologia (UFPR), em Saúde Coletiva (UFES) e em Psicologia (UFES), mestre em Sociologia Política (UFSC) e bacharel em Ciências Sociais (UFSC). Desde 2013, atua como professor permanente nos Programas de Pós-graduação em Sociologia Política e em Segurança Pública da UVV, coordenando o Núcleo de Pesquisa em Ativismos, Resistências e Conflitos (NUPAR-UVV). Desde 2016, atua como professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da UniVC. Atualmente, é doutorando em Psicologia Institucional pela UFES.

E-mail: pablorsa13@gmail.com

Samara Feitosa

É graduada em História pela Universidade Federal do Paraná (1989) e em Ciências Sociais pela mesma universidade (2000), mestre pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (2004), doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2013) e pesquisadora do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH-UFPR).

E-mail: samarasociologia@gmail.com

Valter Cardoso da Silva

É professor de Filosofia no IFMT – Campus Rondonópolis, mestre em Tecnologia (PPGTE/UTFPR) e doutorando em Ensino de Ciências (PECEM/UEL). Tem interesse por Educação e Direitos Humanos, principalmente no que se refere à violência, exclusão e diferença.

E-mail: maisemlhoesblues@gmail.com

Referências Citadas pelos Entrevistados

- Becker, H. (2015). *Truques da escrita*. Zahar.
- Becker, H. (2014). A epistemologia da pesquisa qualitativa. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, 1(1), 181-198.
- Bodê de Moraes, P. R. (2005). *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. IBCCRIM.
- Bodê de Moraes, P. R. (2006). Juventude, medo e violência. *Ciclo de Conferências Direito e Psicanálise – Novos e Invisíveis Laços Sociais*. Ipardes. Recuperado em 11 de junho de 2022, de http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_juventude_medo_pedro_bode.pdf
- Bourdieu, P. (1998). A ilusão biográfica. In: Amado, J. & Ferreira, M. M. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Editora FGV.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J.-C., & Passeron, J.-C. (2015). *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Vozes.
- Bordin, M., & Grotti, V. H. G. (2020). Considerações sobre a hipermilitarização da vida. *Revista de Políticas Públicas da UFPE*, 5, 10-26. Recuperado em 11 de junho de 2022, de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicaspublicas/article/view/242872/33767>
- Bordin, M. (2021a). *A guerra é a regra: a hipermilitarização da segurança pública no Brasil*. PG Editorial.
- Bordin, M. (2021b). *The hypermilitarization of politics in Brazil*. Recuperado em 10 de junho de 2022, de <http://www.brazilinstitute.org/mpb-conference>
- Cerqueira, D. et al. (2020). *Atlas da violência*. Ipea.
- Champagne, P. (1996). A ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas. In P. Champagne, R. Lenoir, D. Merllie, & L. Pinto. *Iniciação à prática sociológica*. Vozes.
- Coelho, E. C. (1987). *A oficina do diabo: crise e conflito no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro*. Editora Espaço e Tempo. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- Coelho, E. C. (2005). *A Oficina do Diabo: e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro. Recordes.
- Didi-Huberman, G. (2017). *Cascas*. Editora 34.
- Durkheim, É. (1973). As regras do método sociológico e outros textos. In: *Os Pensadores* (Vol. 33). Abril Cultural.
- Durkheim, É. (1982). *O suicídio: um estudo sociológico*. Zahar Editores.
- Favret-Saada, J. (2005). “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. *Cadernos de Campo*, (13), 155-161.
- Geertz, C. (1997). Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In Geertz, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa* (pp. 85-107). Vozes.
- Goffman, E. (1974). *Manicômios, prisões e conventos* (D. M. Leite, Trad.). Perspectiva.
- Goffman, E. (1975). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. LTC.

- Gomes, M. M. (2010). *O lado negro do preto. O fardo da farda: Narrativas de integrantes do BOPE-SC sobre mandato policial de grupos especiais de polícia*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94055/279168.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Mir, L. (2004). *Guerra civil: Estado e trauma*. Geração Editorial.
- Holloway, T. (1997). *Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. FGV.
- Pichon-Rivière, E. (1985). *El Proceso Grupal: Del psicoanálisis a la Psicología Social*. Nueva Visión.
- Ricoeur, P. (2002). *O bom uso das feridas da memória*. Universidade de Coimbra. Recuperado em 25 de julho de 2022, de https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/o_bom_uso_das_feridas_da_memoria
- Sallas, A. L. F. et al. (1999). *Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos – juventude, violência e cidadania*. UNESCO.
- Simmel, G. (2011). O conflito como sociação (M. G. Pinheiro Koury, Trad.). *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 10(30), 568-573.
- Wacquant, L. (2001). *Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada*. Revan; FASE.
- Weber, M. (2015). *Ciência e política: duas vocações*. Martin Claret.